

A presença brasileira na África: um estudo sobre o Programa Embrapa-Moçambique¹

Livia Liria Avelhan²

Resumo

O estímulo à Cooperação Sul-Sul e à Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento no continente africano tem sido um dos elementos centrais da política externa brasileira, a partir do governo Lula. Para alguns analistas, o crescimento da presença brasileira na África é positivo e se baseia em intenções cooperativas. No entanto, para outros, podem ser identificados traços de subimperialismo brasileiro, o que traria consequências negativas para o continente africano. Sendo assim, este artigo intenciona analisar um dos projetos de cooperação prestada pelo Brasil a Moçambique, nomeadamente, o Programa Embrapa-Moçambique, com destaque para um de seus componentes, o ProSavana, a fim de verificar quais de suas características permitem que ele seja identificado como um projeto de vertente exploratória e subimperialista e quais indicam a prática da cooperação para o desenvolvimento.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul; Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento; subimperialismo; Programa Embrapa-Moçambique; ProSavana.

Introdução

Impulsionadas por uma política externa brasileira marcada pelo aumento das relações com a África, diversas entidades nacionais, tanto órgãos públicos quanto empresas privadas, passaram a atuar no continente africano desde 2003. A principal base que permite essa aproximação é a Cooperação Sul-Sul (CSS) e, mais especificamente, a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD). Porém, as intenções cooperativas do Brasil muitas vezes são colocadas em questão. As principais críticas alegam que a atuação brasileira estaria mais baseada em interesses comerciais e financeiros do que em intenções essencialmente solidárias, conforme é pregado pelo discurso oficial.

Por um lado, há a defesa dos projetos de cooperação, que se apresentam como instrumentos de auxílio ao desenvolvimento de países de renda média ou

¹ Este artigo, escrito em setembro de 2014, é resultado de uma monografia e foi adaptado especialmente para esta publicação.

² Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina e foi recém-aprovada no Programa de Mestrado em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

baixa, carentes em tecnologia e infraestrutura necessárias para seu desenvolvimento em termos de riqueza e bem-estar. Nesse sentido, o setor agrícola mostra-se essencial, pois nele se baseia a produção de alimentos, além de ser a atividade econômica principal dos países africanos. Devido a sua reconhecida capacidade em pesquisa e tecnologia nesse setor, o Brasil tem sido um dos maiores expoentes da cooperação técnica agrícola na África, principalmente através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Por outro lado, alguns estudiosos da atuação brasileira e de outras potências médias em território africano consideram que muitos dos projetos de cooperação executados ou em execução são motivados por um propósito subimperialista. Esse argumento está fundamentado no fato de que, recentemente, potências emergentes aumentaram muito sua presença em países mais vulneráveis através de acordos de cooperação, juntamente com a atuação de grandes empresas. A presença incisiva desses países estaria colaborando majoritariamente para o enriquecimento e transnacionalização do capital proveniente de tais potências médias, sem trazer benefícios equivalentes aos países nos quais são aplicados os acordos de cooperação.

Considerando essas duas óticas, este trabalho pretende caracterizar a atuação brasileira na África através de um estudo de caso sobre o Programa Embrapa-Moçambique, levando em consideração seus aspectos típicos de cooperação para o desenvolvimento e aqueles que poderiam ser associados a uma lógica subimperialista.

A cooperação para o desenvolvimento

Para realizar um estudo sobre a Cooperação Sul-Sul (CSS) e a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), é válido, primeiramente, conhecer o contexto da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID). Para Milani, a CID pode ser definida como:

“um sistema que articula a política dos Estados e atores não governamentais, um conjunto de normas difundidas por organizações internacionais e a crença de que a promoção do desenvolvimento em bases solidárias seria uma solução desejável para as contradições e as

desigualdades geradas pelo capitalismo no plano internacional” (MILANI, 2012, p. 211).

Mas, Milani (2012) lembra que a cooperação internacional pode ser utilizada para difundir visões políticas, intervenções culturais, sociais e econômicas. Milani (2012) cita que, para que a cooperação para o desenvolvimento seja eficaz, deve-se dar prioridade ao desenvolvimento das capacidades nacionais e à garantia de apropriação da experiência pelos países beneficiários.

Sob a ótica brasileira, a definição de cooperação do Brasil para o desenvolvimento internacional que consta no estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) é:

“a totalidade de recursos investidos pelo governo federal brasileiro, totalmente a fundo perdido, no governo de outros países, em nacionais de outros países em território brasileiro, ou em organizações internacionais com o propósito de contribuir para o desenvolvimento internacional, entendido como o fortalecimento das capacidades de organizações internacionais e de grupos ou populações de outros países para a melhoria de suas condições socioeconômicas” (CINTRA, 2010, p.17).

A CID brasileira é composta por quatro principais itens: assistência humanitária, bolsas de estudos para estrangeiros, cooperação técnica e contribuições para organizações internacionais (CINTRA, 2010).

A Cooperação Sul-Sul é aquela cooperação internacional para o desenvolvimento que ocorre *entre* os países em desenvolvimento, os quais estão localizados, em sua maioria, no hemisfério sul do globo terrestre. Sendo assim, o caso das relações entre Brasil e África, alvo principal deste trabalho, encaixa-se nessa definição. Segundo Krasner (apud LEITE, 2011, p. 33), o regime proposto pelos países em desenvolvimento *“traduz-se por princípios pautados pela teoria da dependência, por normas que legitimam tanto a intervenção direta quanto indireta do Estado, por regras econômicas que preveem tratamento diferenciado e procedimentos de tomada de decisão que se fundamentam na igualdade jurídica dos Estados”*. Além das cooperações técnicas, a CSS também abarca outras diversas modalidades, como doações e intercâmbios acadêmicos e científicos.

O estudo da CSS (ou cooperação horizontal) se faz interessante, pois, normalmente, vincula-se à ideia de ajuda ao desenvolvimento como sendo prestada pelos países centrais aos países periféricos ou semiperiféricos, no âmbito da chamada “cooperação tradicional” ou “Cooperação Norte-Sul” ou “cooperação vertical”. O principal órgão regulador dessa cooperação “vertical” é o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD), pertencente à OCDE. No entanto, como aponta Burges (2012), a autoridade dos doadores tradicionais está sendo desafiada pelos países emergentes que atuam na Cooperação Técnica Sul-Sul. Isso ocorre porque a configuração sob a qual atuam esses “doadores emergentes” difere daquela praticada pelos “doadores tradicionais”. A diferença não reside necessariamente na mudança de métodos, já que em muitos casos os projetos realizados são semelhantes, mas sim no fato de que a CSS não ocorre no âmbito do CAD, órgão responsável pela institucionalização da assistência ao desenvolvimento nos moldes tradicionais. Sendo assim, pode-se dizer que a CSS está construindo sua própria agenda de ajuda ao desenvolvimento (BURGES, 2012). O Brasil refere-se à CSS como *“sinônimo de uma relação horizontal de benefício mútuo que se pretende diferenciada de formas de cooperação vertical associadas aos países do Norte”* (CABRAL, 2011, p. 7).

Segundo Milani (2012), a CSS está alicerçada na ideia de que países do Sul podem e/ou devem cooperar com outros países do Sul, buscando introduzir uma nova visão do desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento em relação ao papel do Estado, às alianças entre países do Sul, ao princípio da não intervenção, à defesa da horizontalidade dos programas de cooperação, à colaboração para uma inserção internacional diferenciada de alguns países do Sul nas relações com os países desenvolvidos, entre outras. Muitos sustentam que a CSS se fundamenta no pressuposto de que países em desenvolvimento podem e devem cooperar a fim de resolver as suas dificuldades políticas, econômicas e sociais a partir de identidades compartilhadas, interdependência e reciprocidade. De acordo com Bruno Ayllón Pino (2011, *apud.* MILANI, 2012), a CSS destaca-se como fenômeno internacional que atua em duas dimensões: uma política (de reforço das relações bilaterais e coligação multilateral para barganhar nas negociações dos

temas e agenda global) e uma técnica (obtenção de capacidades individuais e coletivas através de intercâmbios cooperativos em conhecimentos, tecnologia e *know how*).

É interessante indicar as três matrizes da CSS existentes na literatura: a idealista, a estruturalista e a realista. A primeira embasa a CSS apenas em motivações éticas, culturais ou históricas. A segunda baseia-se na conscientização dos países do Sul em relação à sua posição periférica no sistema mundial. Sendo assim, os incentivos dos países fornecedores para cooperar seriam utilitários, visando sua potencialização no cenário internacional. A última matriz, por sua vez, entende a CSS como um dos instrumentos disponíveis aos países em desenvolvimento para defender seus interesses individuais no cenário internacional (PUENTE, 2010).

Por sua vez, a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) refere-se à percepção de que os países em desenvolvimento poderiam tentar compartilhar experiências bem-sucedidas. As principais diretrizes da CTPD, estabelecidas no Plano de Ação de Buenos Aires, de 1978, são: a ideia de que a CTPD é multidimensional, contando com a participação de organizações públicas e privadas; sua implantação pode ser apoiada por países desenvolvidos e organizações internacionais; a CTPD deve respeitar a soberania nacional, independência econômica, igualdade de direitos e não ingerência nos assuntos internos das nações. Os objetivos da CTPD são: promover o autossustento dos países em desenvolvimento através do aperfeiçoamento de suas próprias capacidades; promover a autoconfiança dos países em desenvolvimento e fortalecer a capacidade dos países em desenvolvimento de identificar, estudar e solucionar os empecilhos ao seu desenvolvimento (PUENTE, 2010).

Desde o início, mas especialmente após a criação da Agência Brasileira de Cooperação, a CTPD brasileira buscou diferenciar-se da cooperação técnica tradicional, rejeitando do caráter assimétrico e desigual entre prestador e receptor, o qual deveria ser substituído por uma relação de efetiva parceria (PUENTE, 2010). O auxílio é apresentado como não condicionado (isto é, não há imposição de condições em troca da prestação de assistência ao desenvolvimento) e é do tipo *demand driven*, ou seja, o requerimento da cooperação é feito pela parte receptora das atividades de cooperação. Ademais,

atualmente, a estratégia de cooperação horizontal brasileira preza pela implantação dos chamados “projetos estruturantes/estruturais”, em oposição à reprodução automática do modelo tradicional, que abarca projetos pontuais. Os projetos estruturantes são caracterizados por sua longa duração e por abarcarem mudanças estruturais na área em questão, visando o aumento do impacto social e econômico sobre o público-alvo da cooperação e maior sustentabilidade dos resultados.

O principal destino da cooperação técnica científica e tecnológica brasileira é a América Latina, seguida pela África (CINTRA, 2010). Já no caso dos investimentos brasileiros em projetos internacionais de desenvolvimento em 2010, a África figura em primeiro lugar (57,2% do total de investimentos; US\$ 22.049.368) (BANCO MUNDIAL E IPEA, 2011, p. 46). As principais áreas de atuação da CSS brasileira são agricultura, saúde e educação profissional (BURGES, 2012). A cooperação brasileira, seguindo a tendência internacional, é marcada também por um caráter híbrido, visto que múltiplas instituições, públicas e privadas, federais e estaduais, estão envolvidas no processo de cooperação e operam de maneira relativamente independente (CABRAL, 2011).

Nota-se que a CTPD praticada pelo Brasil é caracterizada pelo seguimento das linhas mestras da política externa brasileira, como a igualdade entre as nações; autodeterminação dos povos; não-intervenção; busca permanente pelo desenvolvimento; cooperação e solidariedade entre os Estados e a redução do hiato que afasta os países desenvolvidos dos países em desenvolvimento (PUENTE, 2010). No entanto, é necessário lembrar que a CTPD brasileira também é um meio à disposição do Estado para dar ensejo à consecução dos objetivos de adensamento das relações com diferentes países com os quais se pretende forjar integração política, econômica, social e cultural.

O subimperialismo

Alguns pesquisadores consideram a expansão das potências médias, particularmente China, Brasil e Índia, como uma forma de exercer subimperialismo em territórios de países de média ou baixa renda, como é o caso da maioria dos países africanos. Isso se apoia no fato de que, recentemente, essas potências médias aumentaram muito sua presença em

países mais vulneráveis através de acordos de cooperação, mas também através da atuação de grandes empresas. Existe a ideia de que a ascensão de nações emergentes da condição de periferias para a de potências globais está baseada na exploração dos setores populares desses mesmos países e de países onde atuam, os quais tendem a se converter em periferias dessas novas potências (ZIBECHI, 2012). O argumento é que essa presença incisiva de Estados emergentes estaria trazendo enriquecimento e transnacionalização do capital proveniente de tais potências médias, sem trazer benefícios equivalentes aos países nos quais são aplicados os acordos de cooperação e nos quais se instalam as empresas estrangeiras.

O termo “subimperialismo” foi cunhado por Ruy Mauro Marini, representante e um dos fundadores da Teoria da Dependência, de caráter marxista. Em sua análise, a partir do início da ditadura militar, em 1964, o Brasil se comportava como os países imperialistas, pois, ainda que subordinado e dependente dos mesmos, foi inaugurada uma nova etapa na economia brasileira, caracterizada pela exportação de capital e manufaturas e pelo controle de matérias-primas e fontes de energia no exterior.

É importante destacar que o subimperialismo não deve ser entendido simplesmente como um imperialismo de menor grandeza, pois, apesar de a tese estar vinculada a elementos da teoria marxista do imperialismo, existem elementos específicos do capitalismo latino-americano (LUCE, 2011). O subimperialismo, nas palavras de Marini, é “a forma que assume o capitalismo *dependente* ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro” (MARINI, 1977, p.17, tradução e grifo nossos). Ademais, para que um país medianamente industrializado se projete como subimperialista, é necessário que haja uma política expansionista relativamente autônoma, que se mantém ligada à hegemonia exercida pelo imperialismo dominante, mas busca uma esfera de influência própria (LUCE, 2011). A dependência das potências médias em relação às potências centrais é marcada por fatores como a inibição da demanda efetiva interna e a redução do excedente econômico a ser investido, os quais impedem o desenvolvimento capitalista de forma autônoma ao diminuir o mercado consumidor e a capacidade de importar insumos. Dessa forma, a burguesia nacional integra-se à internacional, porém de forma

subordinada (BUGIATO; BERRINGER, 2012). Marini lista quatro componentes do subimperialismo. Dois são citados a seguir: “por um lado, uma composição orgânica média [de capital] na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais, e por outro, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma” (MARINI, 1977, p. 17, tradução nossa).

Além disso, há outras duas variáveis do subimperialismo. Uma é seu esquema tripartite de realização do capital, sendo três os fatores que o compõem: o mercado externo, cujo papel é absorver a produção de bens de consumo necessários; o Estado, que desempenha a função de criar um complexo militar-industrial e exercer uma política de investimentos governamentais, créditos e subsídios estatais e, por fim, o consumo suntuário (bens considerados supérfluos, como automóveis). A outra variável é cooperação antagônica em relação aos países centrais (LUCE, 2011). No caso do Estado brasileiro, Marini argumenta que sua posição semiperiférica é acompanhada pela disposição do Estado na promoção de uma política expansionista relativamente autônoma, determinada pela criação de uma área de influência regional própria (a América do Sul) e pela submissão ao capital estrangeiro, principalmente em relação aos Estados Unidos (BUGIATO; BERRINGER, 2012). Ou seja, a cooperação antagônica inclui, de um lado, o Brasil promovendo sua influência pela região latino-americana, principalmente, mas também por outros territórios, como a África; de outro lado, há a submissão aos países centrais.

Matthew Flynn (2007) complementa a tese subimperialista de Marini com a tese da globalização capitalista. Segundo ele, a orientação externa brasileira, de caráter subimperialista, é causada pela integração do país à economia global capitalista. Quando Flynn começa a introduzir os elementos da teoria do capitalismo globalizado, juntamente com as insuficiências da tese subimperialista, ele destaca que, desde a época em que Marini desenvolveu sua tese, houve importantes transformações políticas e econômicas no Brasil e em outros países em desenvolvimento. Tais mudanças dizem respeito ao substancial crescimento capitalista em países subdesenvolvidos, reformas neoliberais e excessiva expansão de corporações transnacionais. Argumenta-se que o capitalismo pode resultar, sim, em desenvolvimento e melhoria do

padrão de vida. Flynn (2007, p. 22) conclui que *“as evidências fornecem resultados mistos entre a teoria de Marini e a teoria do capitalismo global”*. De um lado, a teoria de Marini vê um processo baseado na superexploração da classe operária levando ao subdesenvolvimento; por outro, a tese do capitalismo global defende que o capitalismo pode trazer desenvolvimento, porém privilegia algumas nações e regiões em detrimento de outras (desenvolvimento desigual).

A Embrapa em Moçambique no contexto da política externa brasileira para a África

O aprofundamento das relações brasileiras com a África pode ser visto como parte da estratégia brasileira de liderança global (CAPTAIN, 2010; VIZENTINI, 2010). Apoiada pelos laços culturais, históricos e de solidariedade que dominam o discurso brasileiro em relação ao continente, a aproximação com a África também pode ser vista como uma oportunidade de aprimorar as relações comerciais brasileiras com um território ainda pouco explorado do ponto de vista econômico, além de colaborar para a imagem do Brasil enquanto provedor de ajuda ao desenvolvimento, demonstrando liderança global em temas internacionais como o combate à pobreza e à AIDS, tecnologia agrícola e segurança energética (STOLTE, 2013).

Dentro do continente africano, Moçambique é o país com o qual o Brasil possui o maior número de projetos de cooperação. Até o final de 2011, o programa bilateral de cooperação técnica Brasil-Moçambique continha 21 projetos em execução e nove em processo de negociação (WEBSITE DA ABC, 2013). No setor agrícola, há cinco projetos em andamento.

Em 2011, 75% da população moçambicana vivia na área rural. Em 2012, a agricultura era responsável por 31% do PIB, a população era de 25 milhões de pessoas e o IDH era de apenas 0,327, o terceiro pior IDH do mundo. A agricultura emprega cerca de 80% da população, sendo que 29% dos agricultores produzem excedentes para o mercado. O setor agrícola está centrado na agricultura familiar, que ocupa 97% dos quase 5 milhões de hectares cultivados no país (LEITE; SILVA, 2013). Nota-se, portanto, que a maior parte da atividade agrícola do país é de subsistência.

A atuação da Embrapa em Moçambique teve início no contexto da reaproximação entre o Brasil e a África, ocorrida no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (HIRST; LIMA; PINHEIRO, 2010). A Embrapa é uma das principais empresas públicas a atuar no continente africano no marco da Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento. O trabalho internacional da empresa é pautado por quatro tipos de projeto: os projetos de cooperação técnica, os projetos de cooperação científica, os projetos de cooperação tecnológica e os projetos de cooperação financeira. No caso de Moçambique, destacam-se os projetos de cooperação técnica e tecnológica. A missão geral oficial da Empresa em relação à África é *“auxiliar, promover e fomentar o desenvolvimento social e o crescimento econômico através da transferência de tecnologia e do compartilhamento de conhecimentos e de experiências no campo da pesquisa agropecuária”* (WEBSITE DA EMBRAPA, 2013). A redução das desigualdades sociais e a inserção dos produtores africanos no mercado globalizado também são citadas como objetivos da atuação da Embrapa. A empresa esclarece que sua atuação visa a beneficiar *“tanto o pequeno produtor como o agronegócio no continente e, com isso, criar oportunidades para o agronegócio brasileiro”* (EMBRAPA, 2009, p. 40).

Existem quatro grandes projetos da Embrapa na África: o Projeto Embrapa Gana, o Projeto Embrapa Mali/C4, o Programa Embrapa Senegal e o Programa Embrapa-Moçambique, o qual será estudado a seguir.

Entre a cooperação para o desenvolvimento e o subimperialismo: um estudo sobre o Programa Embrapa-Moçambique

Por ser o maior, mais antigo e mais controverso dos projetos da Embrapa existentes na África, este trabalho tem como foco o estudo do Programa Embrapa-Moçambique, cujo objetivo geral é o fortalecimento dos setores agrário e de nutrição em Moçambique, *“por meio da adaptação de tecnologias brasileiras às condições específicas do país, do desenvolvimento institucional e técnico do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM)”* (LIMA, 2012, p. 25). Pretende-se *“fortalecer a capacidade do sistema de inovação tecnológica em áreas estratégicas vitais para o desenvolvimento rural de Moçambique e melhorar a competitividade do setor, tanto em matéria de*

segurança alimentar como na geração de excedentes exportáveis” (LEITE; SILVA, 2013, *slide* 6). O Programa está dividido em três projetos: o projeto Plataforma, o projeto ProAlimentos e o projeto ProSavana.

O Projeto Plataforma (ou Plataforma de Investigação Agrária e Inovação Tecnológica - PIAIT), assinado em maio de 2010, visa fortalecer tecnologicamente e institucionalmente o Sistema de Investigação Agropecuária de Moçambique (SIAM). Existem alguns componentes principais que norteiam o desenvolvimento do projeto, entre eles o fortalecimento do sistema de produção de sementes; o estabelecimento de um sistema de comunicação e informação para transferência de tecnologia e o estabelecimento de um sistema de gestão, acompanhamento e avaliação da pesquisa agropecuária (EMBRAPA, 2011). Entre os resultados já obtidos ou em andamento, destacam-se o envio de sete técnicos do IIAM para treinamento em fluxo editorial; a construção de um estúdio de rádio para a elaboração de programas de transferência tecnológica e a disponibilização de acesso remoto à base de dados da Embrapa (LEITE; SILVA, 2013). O Projeto é realizado através de uma cooperação trilateral entre o Brasil, os EUA e Moçambique (EMBRAPA, 2011). O Plataforma está orçado em 14,6 milhões de dólares, teve início em 2010 e está previsto que dure até 2014.

Visto isso, observa-se que o Plataforma não aparenta possuir intenções controversas. Não há, na literatura, indicativos de críticas negativas a esse projeto. O acesso à tecnologia é um componente indispensável para o desenvolvimento e gestão do setor agrícola. Logo, a natureza do Plataforma se aproxima bastante dos objetivos oficiais declarados da política brasileira de cooperação para o desenvolvimento, baseada na transferência de tecnologia com isenção de condicionalidades.

Por sua vez, o ProAlimentos (Projeto de Apoio Técnico aos Programas de Nutrição e Segurança Alimentar de Moçambique) é um projeto de segurança alimentar, assinado em janeiro de 2012. O projeto é financiado pela ABC e pela USAID e executado pela Embrapa, pela Universidade da Flórida, pela Universidade Estadual de Michigan e pelo Ministério da Agricultura de Moçambique (LEITE, 2012). Os trabalhos estão direcionados para o fortalecimento da produção de hortaliças por produtores de base familiar, destinadas ao consumo *in natura* e em forma processada (EMBRAPA, 2011).

Também está previsto o treinamento e capacitação de técnicos no Brasil, nos Estados Unidos e em Moçambique, a fim de estabelecer uma base de conhecimento técnico em sistemas de produção, pós-colheita e processamento de hortaliças. Variedades brasileiras de tomate, alface, cebola, cenoura, pimentão, repolho e alho estão atualmente em teste na Estação Agrária de Umbeluzi do IIAM (LEITE, 2012).

Infere-se que, assim como o Plataforma, o ProAlimentos é um projeto que se aproxima do tipo ideal da cooperação internacional para o desenvolvimento, conforme o discurso oficial, e não é alvo de críticas na literatura consultada. Considerando-se que a base da agricultura moçambicana é a produção familiar, políticas de desenvolvimento com foco nesse setor apresentam boa receptividade entre a sociedade civil. É relevante o fato de que as produções a serem desenvolvidas destinam-se ao consumo local, visto que Moçambique possui índices preocupantes de desnutrição³.

O Projeto ProSavana (Programa de Desenvolvimento da Agricultura das Savanas Tropicais no Corredor de Nacala em Moçambique) é o maior, mais complexo, mais estudado e mais contestado dentre os projetos do Programa Embrapa-Moçambique, por isso será objeto de um estudo mais detalhado. O ProSavana também é resultado de uma cooperação trilateral, pois envolve, além da Embrapa (juntamente com a ABC) e do governo moçambicano, a atuação da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA). O Programa foi assinado em 2009 e lançado em 2011 (CHICAVA *et al.*, 2013a).

A iniciativa de criar o ProSavana foi fortemente baseada no Prodecerr (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados), um projeto de cooperação desenvolvido através de uma parceria entre o Brasil e o Japão, durante as décadas de 1970 e 1980, ao qual se atribui a transformação do cerrado brasileiro em uma das regiões agrícolas mais produtivas do Brasil (CHICAVA *et al.*, 2013b; CABRAL; SHANKLAND, 2013). A referência ao Prodecerr se justifica porque a região do cerrado brasileiro e suas condições climáticas são consideradas bastante semelhantes às condições do Corredor de Nacala, região na qual o ProSavana desenvolve suas atividades.

³ A desnutrição atingiu 18% das crianças com até 5 anos, em 2011 (DATA BANCO MUNDIAL, 2013).

O objetivo geral é desenvolver a agricultura no Corredor de Nacala, região norte de Moçambique, através do engajamento de investimentos privados para *“promover um sistema de produção sustentável e a redução da pobreza”* (PROSAVANA-PD REPORT, 2013, p. 1). Espera-se obter incrementos da produção e da produtividade da agropecuária regional a uma taxa média de 12% ao ano, a partir de 2015 (RESUMO EXECUTIVO PROSAVANA, 2011). Para isso, pretende-se melhorar a capacidade de pesquisa e de transferência de tecnologia nos Centros Zonais de Investigação Agrária do Nordeste e do Noroeste do IIAM (LEITE, 2012).

Através do oferecimento de suporte direto a 400 mil pequenos e médios agricultores, objetiva-se melhorar a competitividade do setor rural da região, tanto em matéria de segurança alimentar (a partir da organização e aumento da produtividade da agricultura familiar), quanto na geração de excedentes exportáveis (a partir do apoio técnico à agricultura orientada para o agronegócio) (RESUMO EXECUTIVO PROSAVANA, 2011). Nota-se, portanto, que o ProSavana possui alguns objetivos semelhantes ao Projeto Plataforma e ao ProAlimentos, pois combina ações de desenvolvimento tecnológico com incentivos à produção de pequena escala. Porém, o diferencial do ProSavana é que ele pretende, com base na utilização de tecnologia, revolucionar a agricultura do Corredor de Nacala através da produção em larga escala voltada à exportação.

A região do Corredor de Nacala encontra-se no norte de Moçambique, entre o porto de Nacala e a cidade de Lichinga, envolvendo uma população de mais de 4 milhões de habitantes (PROSAVANA-PD REPORT, 2013). Segundo a Embrapa, a região possui 14,2 milhões de hectares agricultáveis (EMBRAPA, 2011). A presença do porto de Nacala, as condições climáticas apropriadas, a topografia adequada, as boas características naturais dos solos, a existência de estrutura básica e a disponibilidade regional de recursos minerais são características que favorecem os investimentos no desenvolvimento agrícola (EMBRAPA, 2011). Segundo a Embrapa (2011), a região é um celeiro potencial para o mercado doméstico e regional, e elo vital de transporte de importação e exportação para os países vizinhos, além de ser uma via de exportação para o mercado asiático.

O Programa ProSavana é composto por três subprojetos complementares entre si: o ProSavana-PI ou ProSavana-TEC⁴, o ProSavana-PEM⁵ e o ProSavana-PD⁶. A título de sintetização, com destaque para as relações e ligações entre cada subprojeto, é importante saber que: o ProSavana-PI envolve a capacitação local em tecnologia, recursos humanos e infraestrutura, portanto, precede e tem prioridade em relação à realização dos plantios rurais através de atividades de extensão, que são o foco do ProSavana PEM. Já o ProSavana-PD é o componente de estudo e planejamento central do ProSavana, envolve, portanto, a formulação de relatórios que contém pesquisas sobre objetivos, custos, durabilidade e planos de ação de variados componentes do ProSavana, como a implantação de aglomerados agrícolas e dos Projetos de Rápido Impacto (*Quick Impact Projects - QIPs*).

Ao final do estabelecimento do ProSavana, espera-se um desenvolvimento considerável do agronegócio, com a implantação de vários aglomerados agrícolas até 2030. Está previsto que os agricultores individuais especializem suas produções e passem sua produção de pequena escala para média escala, visando o aumento do rendimento. Por sua vez, as organizações de agricultores devem envolver os produtores de pequena e média escala no ramo de agronegócio, enquanto o setor do agronegócio deve estimular o investimento privado na produção, transformação e comercialização da agricultura. Dessa forma, haveria capacidade de atender a demanda regional das indústrias de processamento e pecuária, bem como gerar um excedente exportável (PROSAVANA-PD REPORT, 2013). Dentre as culturas alimentares de pequena escala, há o estímulo à plantação de mandioca, milho e arroz. Nas culturas de rendimento, estão presentes a soja, o algodão e a cana-de-açúcar (PROSAVANA-PD REPORT, 2013).

É importante destacar que existe uma estratégia de atração de investimentos privados para a região do Corredor de Nacala denominada Fundo Nacala. O Fundo Nacala não tem ligação formal com o ProSavana, mas os atores envolvidos (ABC, JICA, Embrapa, Ministério da Agricultura, Pecuária e

⁴ Projeto de Melhoria da Capacidade de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Agricultura no Corredor de Nacala em Moçambique.

⁵ Projeto de Criação de Modelos de Desenvolvimento Agrícola Comunitários com Melhoria do Serviço de Extensão Agrária com vista ao Desenvolvimento da Agricultura no Corredor de Nacala.

⁶ Plano Diretor Integrado de Desenvolvimento Agrícola da Região do Corredor de Nacala.

Abastecimento, Ministério de Agricultura de Moçambique) o alvo geográfico e o período de implantação são os mesmos (CABRAL; SHANKLAND, 2013). Estima-se que o Fundo arrecadará 2 bilhões de dólares de investidores. A cota mínima de investimento é de 100 mil dólares e se espera um retorno inicial mínimo de 10% ao ano (BATISTA, 2012). Está previsto que os financiamentos para o Fundo Nacala venham através de fundos de pensão, fundos de investimento e empresas de agronegócio (RAIA, 2012).

Outro aspecto relevante do ProSavana é a implantação dos “Quick Impact Projects” (QIPs). Os QIPs envolvem gestão tanto pública quanto privada e visam à obtenção imediata de resultados, de forma a incentivar e dar credibilidade ao ProSavana. Há dois componentes centrais dos QIPs do ProSavana: o Direito de Uso e Reivindicação da Terra (DUAT) e o plano de reassentamento. Como a lei de terras moçambicana estabelece que toda a terra de Moçambique é de propriedade do Estado, para que se faça uso dela é necessário obter um DUAT. Existem três maneiras de se obter um DUAT: para comunidades rurais possuidoras de sistemas tradicionais de uso da terra, a lei concede direitos perpétuos de uso e benefício da terra; pessoas que ocuparam a terra com “boa-fé” por pelo menos 10 anos e utilizem a terra apenas para uso residencial ou familiar também têm direito de uso perpétuo; por fim, pessoas físicas e jurídicas podem adquirir autorização do governo mediante a apresentação de requerimentos (NIELSEN; TANNER; KNOX, 2011).

A questão do ProSavana, que envolve o DUAT, refere-se ao projeto de registro de terra para agricultores de pequena e média escala, que, como foi dito, está sob gestão do setor público. O projeto prevê a facilitação da obtenção de DUAT por parte dos agricultores. Com isso, objetiva-se mitigar a insegurança dos pequenos produtores e diminuir os conflitos em torno dos direitos de uso de terra entre produtores vizinhos e entre produtores e investidores. O relatório de estudo fornecido pelo ProSavana enfatiza que, caso reassentamentos sejam inevitáveis, isso será feito de forma sustentável, com fornecimento de recursos para as pessoas deslocadas para que elas possam usufruir dos benefícios que o projeto visa gerar (PROSAVANA-PD REPORT 2, 2013).

No entanto, ao contrário dos outros projetos citados nesta seção, o ProSavana tem sido alvo de críticas. A maioria delas diz respeito à falta de

transparência e consulta às populações locais, ao aproveitamento exploratório das terras devido ao estímulo dado à exportação, à possibilidade de reassentamentos e ao receio de que o incentivo à agricultura familiar fique em segundo plano. Essas preocupações foram expostas na “Carta Aberta para Deter e Reflectir de Forma Urgente o Programa ProSavana”, assinada por diversas organizações e movimentos sociais moçambicanos, dentre eles a União Nacional de Camponeses (UNAC), endereçada ao presidente de Moçambique, Armando Guebuza, à presidente do Brasil, Dilma Rousseff, e ao Primeiro Ministro do Japão, Shinzo Abe. Nessa carta, estão expressas diversas preocupações e críticas ao Programa ProSavana, dentre elas a falta de transparência, de consulta e explicação à população local (VUNJANHE; DUNDURO, 2013).

Também há críticas no sentido de que as atividades da Embrapa realizariam a modificação produtiva com o objetivo principal de transformar a região em um território de monoculturas de exportação (CLEMENTS; FERNANDES, 2013). Os movimentos e organizações sociais moçambicanas mostram-se apreensivos com essa perspectiva, pois consideram que a criação de condições ótimas para a entrada de corporações transnacionais irá causar a alienação da autonomia das famílias camponesas e desestruturação de seus sistemas de produção, podendo provocar o surgimento de famílias sem-terra e aumento da insegurança alimentar (VUNJANHE; DUNDURO, 2013).

Em média, 14% dos itens da pauta de importações moçambicanas referem-se a alimentos; a desnutrição atingiu 18% das crianças com até 5 anos, em 2011 (WORLD BANK DATA, 2013) e o índice moçambicano de produção de alimentos e das exportações moçambicanas de alimentos (em relação ao total de exportações)⁷ aumentaram. A promoção da agricultura familiar, voltada ao mercado consumidor local, contribuiria para diminuir as importações moçambicanas de alimentos e o índice de desnutrição. Ademais, as organizações da sociedade civil moçambicana que se opõem ao ProSavana também mostram-se preocupadas com o possível aumento do nível de concentração da propriedade fundiária em Moçambique, como ocorre no Brasil (VUNJANHE; DUNDURO, 2013; PIERRI, 2013).

⁷ Crescimento de 16%, em 2010, para 20%, em 2011 (BANCO MUNDIAL DATA, 2013).

A Carta Aberta solicita que o governo brasileiro dê prioridade ao Programa de Aquisição de Alimentos de Moçambique, que envolve apenas a produção agrícola familiar, em detrimento do desenvolvimento do agronegócio promovido pelo ProSavana (VUNJANHE; DUNDURO, 2013). O receio mostra-se no sentido de que, ao estimular a produção voltada à exportação, a maior parte da renda obtida seria revertida para as empresas exportadoras que não são de origem moçambicana. Logo, essa preocupação tem ligação com o elemento de exploração abordado pelas teorias imperialistas e subimperialistas, relacionando-se ao argumento da remessa de lucros.

Há diversos relatos da mídia, principalmente moçambicana, mas também brasileira, de que o ProSavana seria um exemplo do “neocolonialismo do Brasil na África” (RAFAEL, 2011) e o Brasil estaria reproduzindo em Moçambique uma atividade de cunho exploratório da qual já foi vítima. No que tange ao Fundo Nacala, para Cabral e Shankland (2013, p. 15), esse envolvimento da iniciativa privada “poderia indicar uma tendência crescente de mistura entre solidariedade e interesses comerciais em programas de cooperação do Brasil”. Em relação ao acesso à terra, também há preocupações relacionadas à possibilidade de reassentamentos e ao fenômeno denominado *land grabbing*, o qual se caracteriza pela exploração das terras de um Estado (Moçambique, nesse caso) por parte de investidores provenientes de outro Estado (o Brasil, nesse caso) através de transações comerciais e de projetos de desenvolvimento que envolvam a apropriação e industrialização de uma alta quantidade de hectares (FERRANDO, 2013). Apesar da política prevista no ProSavana, de facilitação de acesso ao DUAT por parte dos pequenos produtores, pode ocorrer que parte deles remeta seu excedente a multinacionais do agronegócio, o que leva alguns autores a afirmarem que o ProSavana é uma clara manifestação da tendência atual de *land grabbing* (NOGUEIRA; OLLINHO, 2013). Nesse sentido, a atuação do ProSavana teria algumas características da vertente subimperialista, já que estaria colaborando para suprir as necessidades de transnacionalização do capital brasileiro. Destaca-se que essa aquisição de terras estrangeiras pode trazer sérios prejuízos ao país explorado, que vão desde o risco à sua soberania até os problemas que envolvem segurança

alimentar, acesso aos recursos naturais, especulação e impactos no regime mundial de alimentos (MCMICHAEL, 2013).

As organizações e movimentos sociais signatários da Carta manifestam enfaticamente seu repúdio em relação à maneira como o ProSavana tem sido concebido e tende a ser implementado e, por fim, requerem: a) a suspensão imediata de todas as ações e projetos referentes à implementação do ProSavana; b) a instauração de um mecanismo de diálogo com todos os setores da sociedade moçambicana, para definir suas reais necessidades e aspirações; c) que todos os recursos alocados para o Programa ProSavana sejam realocados na definição e implementação de um Plano Nacional de Apoio à Agricultura Familiar sustentável; d) que o governo moçambicano priorize a soberania alimentar e agricultura de conservação; e) a adoção de políticas centradas no apoio à agricultura camponesa, no acesso ao crédito rural, a sistemas de irrigação e a infraestruturas rurais (VUNJANHE; DUNDURO, 2013, p. 5-6).

Tendo em vista a apresentação dos objetivos e atividades do ProSavana e as críticas provenientes de autores e de movimentos da sociedade civil moçambicana, é possível observar posicionamentos divergentes em relação ao projeto. Diferentemente dos vários outros programas de CTPD e CSS, o ProSavana faz emergir diversas dúvidas e desconfianças em relação à maneira como é encaminhado. A forma de utilização das terras agricultáveis parece ser o principal ponto de discordância, sendo que alguns defendem a implantação dos programas de cooperação do Brasil nos moldes atuais em que são oferecidos, com estímulos tanto à monocultura de exportação quanto à agricultura familiar, enquanto outros defendem que apenas a agricultura familiar deve ser impulsionada. Ademais, há a acusação de que o ProSavana facilitaria a transnacionalização do capital brasileiro do agronegócio.

Ainda que seja muito cedo para verificar todos estes argumentos defensores e críticos, visto que o projeto ainda está em fase de implantação, o debate sobre o ProSavana se mostra muito importante, pois abre uma agenda de pesquisa para o monitoramento do projeto e do impacto da cooperação brasileira para o desenvolvimento rural de Moçambique. A seguir, há uma tabela que resume todo o Programa Embrapa-Moçambique, incluindo, para cada um dos projetos e subprojetos, seus objetivos, períodos e custos.

Tabela 1. O Programa Embrapa-Moçambique.

	OBJETIVO	DURAÇÃO	CUSTO (US\$)	PARCEIROS
PLATAFORMA	Fortalecer o Sistema de Investigação Agropecuária de Moçambique (SIAM)	2010-2014	14,688,802	ABC e USAID
PROALIMENTOS	Auxiliar Moçambique em suas políticas de segurança alimentar e melhorar a produção de hortaliças no país	2011-2013	2,406,724	ABC e USAID
PROSAVANA	Desenvolver a agricultura no Corredor de Nacala	2011-2019	36,052,000	ABC e JICA
- PROSAVANA-PI*	Construção de uma base tecnológica capaz de dar sustentabilidade ao aumento da produção agrícola regional.	2011-2016	14,680,000	ABC e JICA
- PROSAVANA-	Aumentar a	2013-2019	15,000,000	ABC e JICA

PEM*	produção de diversos cultivos através da adoção de diferentes modelos de desenvolvimento agrário (agricultura familiar e exportação)			
- PROSAVANA-PD*	Realização de pesquisas (Plano Diretor)	2012-2014	7,364,000	ABC e JICA

Fonte: ProSavana-PD Report (2013); Resumo Executivo do ProSavana (2011); Embrapa (2011); Website do ProSavana (2013); Nogueira e Ollinaho (2013); Cabral e Shankland (2013).
Elaboração própria. * Subprojetos que compõem do ProSavana.

Partindo para uma análise conjunta dos três projetos que constituem o Programa Embrapa-Moçambique, algumas tendências podem ser percebidas. Primeiramente, nota-se que todos resultam de uma coordenação de políticas a fim de que cada ator alcance seus objetivos. Os objetivos brasileiros variam desde a busca de experiência internacional para os técnicos da Embrapa e o exercício da solidariedade, que pode ser considerada uma forma de se alcançar prestígio e apoio internacional, até a intenção de obter vantagens econômicas. O objetivo moçambicano, por sua vez, é o desenvolvimento de sua agricultura. Assim, o Programa Embrapa-Moçambique seria um facilitador do alcance de maior bem-estar econômico (para Moçambique e para o Brasil) e político (para o Brasil). Segundo algumas análises, notadamente as que dizem respeito às críticas ao ProSavana, a intenção de obter vantagens econômicas estaria baseada em ações que remetem a atividades de cunho exploratório tratadas na teoria do subimperialismo, sendo, portanto, prejudiciais para Moçambique.

No caso dos dois projetos menores, o Plataforma e o ProAlimentos, os indícios apontam para seu desenvolvimento em concordância com os princípios sustentados pelo Brasil em seus discursos sobre a cooperação para o desenvolvimento e com ausência de críticas, inclusive as de cunho subimperialista. Ademais, as possíveis vantagens indiretas que o Brasil pode obter com essas iniciativas, como prestígio internacional, não aparentam prejudicar o bem-estar agrícola moçambicano.

Por outro lado, o ProSavana aparece na literatura como um projeto controverso. Aparentemente, devido ao fato de ser um projeto de grande extensão e que tem um objetivo ambicioso de grande impacto para a agricultura de Moçambique, muitas questões foram suscitadas e devem ser solucionadas pelos executores do projeto, como a transparência que o projeto deve possuir junto à comunidade local, os reassentamentos e a utilização de terras moçambicanas. *A priori*, os objetivos do ProSavana são úteis e benéficos para Moçambique. Entretanto, muita atenção deve ser dada à maneira pela qual o projeto se encaminhará, tendo sempre em vista que o objetivo primordial de qualquer projeto de cooperação é o bem-estar e melhoria das condições do país que recebe as iniciativas cooperativas, e não a obtenção de vantagens para setores do país que oferece a cooperação.

Considerações Finais

A CSS e a CTPD brasileiras podem ser vistas como marcadas pela intenção de disseminação e utilização de conhecimentos técnicos provenientes do Brasil, objetivando a capacitação de seus recursos humanos e o fortalecimento de suas instituições. Além disso, destacam-se os princípios de horizontalidade, *demand driven*, ausência de condicionalidades e a preferência pela implantação de projetos estruturantes, visando o aumento do impacto social e econômico sobre o público-alvo e maior sustentabilidade dos resultados.

Por outro lado, a teoria subimperialista informa uma visão mais crítica da atuação internacional brasileira. Com base na ideia de que a ascensão de nações emergentes está fundamentada na exploração, a tese subimperialista defende que o objetivo maior da atuação internacional do Brasil é angariar privilégios

econômicos para certos setores da sociedade brasileira, em detrimento da efetiva melhoria das condições dos países receptores da cooperação. Nesse sentido, o recente aprofundamento da presença brasileira na África seria justificado pela procura de uma nova fonte de matérias-primas e de um novo mercado para as empresas brasileiras, sem trazer benefícios equivalentes ao país no qual atuam, levando, assim, à perpetuação da desigualdade entre os desenvolvimentos nacionais.

Mediante as análises dos três projetos que compõem o Programa Embrapa-Moçambique, foi possível perceber que esse programa brasileiro de cooperação possui, predominantemente, elementos que estão em sintonia com a estrutura da cooperação técnica prestada pelo Brasil a países de menor renda e baixo acesso à tecnologia agrícola. A presença de tais elementos é mais facilmente notável nos dois projetos menores que compõem o Programa Embrapa-Moçambique (o Plataforma e o ProAlimentos). Esses são projetos que se mostram comprometidos com a segurança alimentar e o combate à desnutrição.

Entretanto, o ProSavana mostra-se bastante controverso na literatura. As principais críticas feitas a ele são: falta de transparência e participação da sociedade civil, suspeita de incentivo ao *land grabbing* e privilégio às produções em larga escala e voltadas à exportação em detrimento do incentivo à agricultura familiar. Portanto, faz-se necessário levar em consideração as críticas para buscar um aperfeiçoamento do projeto de forma que ele esteja de acordo com o objetivo principal dos projetos de cooperação agrícola entre Brasil e Moçambique: o desenvolvimento sustentável da agricultura moçambicana. Para isso, as justas demandas por maior transparência e participação da sociedade civil moçambicana devem ser atendidas, de forma a mitigar as dúvidas e modificar atividades que, porventura, não estejam de acordo com o objetivo de melhoria do bem-estar da população e do bem-estar econômico de Moçambique. Nesse sentido, é essencial que o governo de Moçambique estabeleça um maior e mais eficaz diálogo com a sociedade moçambicana.

É necessário atentar para que as relações entre os dois países aconteçam de forma não exploratória, mas sim buscando vantagens para ambos. Deve-se investir na intensificação e aprofundamento de projetos que possuem boa

aceitação e indicam estar em sintonia com o planejamento da CSS e CTPD brasileiras. Porém, caso as ações do ProSavana que são alvo de crítica confirmem a presença de um jogo de soma zero, isto é, elementos que trariam vantagens ao Brasil em detrimento de Moçambique, elas devem ser reformuladas.

Por fim, tendo em vista que o Programa Embrapa-Moçambique é um projeto ainda em andamento, é importante ressaltar que as análises e indicações feitas por este artigo têm a intenção de abrir uma agenda de pesquisa para o monitoramento do projeto em questão, bem como dos impactos da cooperação brasileira e de outras potências para o desenvolvimento de Moçambique e da África como um todo. As pesquisas sobre as motivações, atividades e resultados de ações cooperativas são muito relevantes para aqueles que acreditam na cooperação como um meio de aprimorar o desenvolvimento socioeconômico das nações.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO – ABC. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Mocambique>>. Acesso em: 03 ago. 2013.

BANCO MUNDIAL E IPEA. **Ponte Sobre o Atlântico**: Parceria Sul-Sul para o Crescimento Brasil e África Subsaariana. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/120113_livropontesobreoatlanticopor2.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

BATISTA, Fabiana. Fundo da FGV quer captar US\$ 2 bi para investimentos em Moçambique. **Valor Econômico**. São Paulo, 4 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/2738490/fundo-da-fgv-quer-captar-us-2-bi-para-investimentos-em-mocambique>>. Acesso em 11 out. 2013.

BUGIATO, Caio Martins; BERRINGER, Tatiana. Um debate sobre o Estado logístico, subimperialismo e imperialismo brasileiro. **Em Debate**: Um. Dig., ISSN 1980-3532, Florianópolis, n. 7, p. 28-44, jan-jul, 2012. Disponível em: <[23 TTP 23 ://periodicos.ufsc.br/ 23 TTP 23 .php/emdebate/article/view/1980-3532.2012n7p28](http://periodicos.ufsc.br/23TTP23.php/emdebate/article/view/1980-3532.2012n7p28)>. Acesso em 20 jul. 2013.

BURGES, Sean. Developing from the South: South-South Cooperation in the Global Development Game. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v.1, n. 2, p. p. 225-249, sep. 2012. Disponível em:

<24TTP://seer.ufrgs.br/austral/article/view/30185/20479>. Acesso em: 13 out. 2013.

CABRAL, Lídia. Cooperação Brasil-África para o desenvolvimento: Caracterização, tendências e desafios. **Textos Cindes**, nº 26 (dez. 2011). Disponível em: < 24 TTP://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2012/09904.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2013.

_____; SHANKLAND, A. Narratives of Brazil-Africa Cooperation for Agricultural Development: New Paradigms? **Future Agricultures Consortium**, Working Paper 051, march 2013. Disponível em: < http://www.brazil-works.com/wp-content/uploads/2013/05/FAC_Working_Paper_051.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2013.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo (Org.). **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Agência Brasileira de Cooperação. Brasília: Ipea : ABC, 2010. Disponível em: < 24 TTP://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/Book_Cooperacao_Brasil_eira.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2013.

CHICAVA, Sérgio et. Al. Chinese and Brazilian Cooperation with African Agriculture: The Case of Mozambique. **Future Agricultures Consortium**, Working Paper 049, march 2013. Disponível em: < <http://www.future-agricultures.org/research/cbaa/7817-china-and-brazil-in-africa-new-papers> >. Acesso em: 15 jul. 2013.

_____. et. Al. Brazil and China in Mozambican Agriculture: Emerging Insights from the Field. **IDS Bulletin**, 44.4, 2013. Disponível em: < 24 TTP://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1111/(ISSN)1759-5436>. Acesso em: 19 jul. 2013.

CLEMENTS, Elizabeth Alice; FERNANDES, Bernardo Mançano. Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e Moçambique. **Agrarian South: Journal of Political Economy**. 2013. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/clements_fernandes-2013.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2013.

EMBRAPA. Disponível em: < [24TTP://www.embrapa.br/](http://www.embrapa.br/)>. Acesso em 20 ago. 2013.

_____/Secretaria de Comunicação da Embrapa. **Apoio ao Sistema de Inovação no Setor agropecuário (Moçambique)**. Novembro de 2011. Disponível em: <24TTP://www.cnpmf.embrapa.br/destaques/Mocambique.pdf >. Acesso em: 19 jul. 2013.

_____/Assessoria de Relações Internacionais. **Guia de Relações Internacionais da Embrapa**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: < 24 TTP://www.embrapa.br/a_embrapa/unidades_centrais/sri/publicacoes/Guia

%20de%20Relacoes%20Internacionais%20da%20Embrapa.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2013.

FERRANDO, Tomaso. Dr. Brasília and Mr. Nacala: The Apparent Duality Behind the Brazilian State-Capital. **Nexus** (July 2, 2013). Disponível em: <25TTP://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2288940>. Acesso em: 10 out. 2013.

FLYNN, Mathew. Between Subimperialism and Globalization: A Case Study in the Internationalization of Brazilian Capital. *Latin America Perspectives*, 2007 34: 9-27. Disponível em: < [25TTP://lap.sagepub.com/content/34/6/9.short](http://lap.sagepub.com/content/34/6/9.short)>. Acesso em: 18 ago. 2013.

HIRST, Mônica; LIMA, Maria Regina Soares de; PINHEIRO, Letícia. A Política Externa Brasileira em Tempos de Novos Horizontes e Desafios. **Nueva Sociedad Especial em Português**. 2010. Disponível em: < [25 TTP://www.nuso.org/upload/articulos/p6-2_1.pdf](http://www.nuso.org/upload/articulos/p6-2_1.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2014.

LEITE, José Luiz Bellini. A Experiência da Embrapa na África. **Pontes**, v. 8, nº6, setembro de 2012. Disponível em: < [25TTP://ictsd.org/i/news/pontes/145824/](http://ictsd.org/i/news/pontes/145824/)>. Acesso em: 12 set. 2013.

_____; SILVA, Henoque Ribeiro da. **Programa Embrapa_Moçambique**. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2013. 69 slides. Apresentação em Power-Point. Disponível em: < [25 TTP://bricspolicycenter.org/homolog/Event/Evento/419](http://bricspolicycenter.org/homolog/Event/Evento/419)>. Acesso em 20 ago. 2013.

LEITE, Patrícia Soares. O Brasil e a operação Sul-Sul em três momentos: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 228 p. Disponível em: < [25 TTP://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Cooperacao_sul_sul.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Cooperacao_sul_sul.pdf)>. Acesso em 17 jul. 2013.

LIMA, José Diniz Ferreira de. A ABC e a Embrapa na África, Parceria na Cooperação Técnica: O Caso de Moçambique. Especialização (Instituto de Ciência Política e de Relações Internacionais) – Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2012. Disponível em: < [25 TTP://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/3764/1/2012_JoseDinizFerreiraLima.pdf](http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/3764/1/2012_JoseDinizFerreiraLima.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2013..

LUCE, Mathias Seibel. A economia política do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: uma história conceitual. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, jul. 2011. Disponível em: < [25 TTP://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300921521_ARQUIVO_MathiasLuceArtigoAnpuhFinal.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300921521_ARQUIVO_MathiasLuceArtigoAnpuhFinal.pdf)>. Acesso em: 19 jul. 2013.

MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y 25T subimperialismo. **Cuadernos Políticos** n.12, Ediciones Era, México, abril-junio de 1977. Disponível

em: < 26TTP://www.marini-escritos.unam.mx/006_acumulacion_es.htm>. Acesso em: 19 jul. 2013.

MCMICHAEL, Philip. Land Grabbing as Security Mercantilism in International Relations. **Globalizations**, 2013, Vol. 10, No. 1, 47– 64. Disponível em: < 26TTP://dx.doi.org/10.1080/14747731.2013.760925>. Acesso em: 19 jun. 2013.

MILANI, Carlos R. S.. Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. **Cad. CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, ago. 2012. Disponível em: < 26TTP://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792012000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em : 17 jul. 2013.

NIELSEN, Robin; TANNER, Christopher; KNOX, Anna. Mozambique's Innovative Land Law (Brief). **Focus on Land in Africa**, January 2011. Disponível em: <<http://www.focusonland.com/countries/mozambiques-innovative-land-law/>>. Acesso em 17 out. 2013.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHU, Ossi. From Rhetoric to Practice in South-South Development Cooperation: A case study of Brazilian interventions in the Nacala corridor development program. Working Paper. **Institute of Socioeconomics University of Geneva**, August, 2013. Disponível em: <http://unige.ch/sciences-societe/socioeco/files/1114/0723/5655/NOGUEIRA_OLLINAHU_WorkingPaper_NACALA_CORRIDOR.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2013.

PIERRI, F. M. How Brazil's Agrarian Dynamics Shape Development Cooperation in Africa. **IDS Bulletin**, 2013, 44.4. Disponível em: < [26TTP://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1111/\(ISSN\)1759-5436](http://26TTP://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1111/(ISSN)1759-5436)>. Acesso em: 17 jul. 2013.

ProSAVANA. Disponível em: < 26TTP://www.prosavana.gov.mz/>. Acesso em 10 out. 2013

PROSAVANA-PD REPORT No. 2. **Triangular Cooperation for Agricultural Development of the Tropical Savannah in Mozambique**. SUPPORT AGRICULTURE DEVELOPMENT MASTER PLAN IN THE NACALA CORRIDOR IN MOZAMBIQUE (PROSAVANA-PD). REPORT No.2 Quick Impact Projects, 2013. Disponível em: <26TT.grain.org/attachments/2747/download>. Acesso em: 19 jul. 2013.

PUENTE, Carlos Alfonso Iglesias. **A Cooperação Técnica Horizontal Brasileira como instrumento da Política Externa**: a Evolução da Cooperação Técnica com Países em Desenvolvimento – CTPD – no período 1995-2005. Brasília: FUNAG, 2010. Disponível em: < 26TTP://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0715.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2013.

RAFAEL, Adelson. O Neocolonialismo Brasileiro em Moçambique. **Diálogos dos Povos**, Maputo, 23 de novembro de 2011. Disponível em:

< 27 TTP://www.dialogosdos povos.org/es/articulos/169-o-neocolonialismo-brasileiro-em-mocambique.htm>. Acesso em 28 set. 2013.

RAIA, Cristiano. Rumo à África. Revista Dinheiro Rural, Brasília, agosto de 2012. Disponível em: < 27 TTP://revistadinheiro rural.terra.com.br/secao/agronegoci os/rumo-africa>. Acesso em 13 out. 2013.

RESUMO EXECUTIVO PROSAVANA. Projeto de Melhoria da Capacidade de Pesquisa e de Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Agricultura no Corredor de Nacala em Moçambique. **ProSAVANA-TEC**. Junho/2011. Projeto de Cooperação Triangular entre o ABC e EMBRAPA. BRA/04/044 JBPP/PCJ/008-JBM. Disponível em: < 27 TTP://www.undp.org.br/Extranet/SAP%20FILES/MM/2011/14740/PROSAVANA-TEC%20-%20RESUMO%20EXECUTIVO.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2013.

STOLTE, Christina. Brazil in Africa: Seeking International Status, Not Resources. **Harvard International Review**, Spotlight, Spring 2013. Disponível em: <http://www.questia.com/library/journal/1G1-324249885/brazil-in-africa-seeking-international-status-not>. Acesso em: 21 out. 2013.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. Cooperação Sul-Sul, Diplomacia de Prestígio ou imperialismo "Soft"? As Relações Brasil-África do Governo Lula. **SÉCULO XXI**, Porto Alegre, V. 1, Nº1, jan-dez 2010. Disponível em: < 27 TTP://sumario-periodicos.espm.br/ 27 TTP 27 .php/seculo21/article/viewFile/1706/31>. Acesso em: 17 ago. 2013.

VUNJANHE; DUNDURO. **Carta Aberta das Organizações e Movimentos Sociais Moçambicanas dirigida aos Presidentes de Moçambique, Brasil e Primeiro-Ministro do Japão**/Maio de 2013. Disponível em: < 27 TTP://www.rebrip.org.br/destaques/13/carta-aberta-para-deter-e-reflectir-de-forma-urgente-o-programa-prosavana>. Acesso em: 20 jul. 2013.

ZIBECHI, Raúl. **Brasil Potencia**: entre 27T integración regional y um nuevo imperialismo. Bogotá: Ediciones desde abajo. 1 ed., 2012.

WORLD BANK – DATA. Disponível em: < 27 TTP://data.worldbank.org/>. Acesso em 19 set. 2013.

Recebido em: 30/09/2014
Aprovado em: 23/12/2014